

**MEDIDA CAUTELAR NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.550 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
IMPTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
ADV.(A/S)	: GIOVANI BORTOLINI
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**CONSTITUCIONAL E
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR
PÚBLICO. ATIVIDADE INSALUBRE.
APOSENTADORIA. CONVERSÃO DE
TEMPO ESPECIAL EM COMUM.
PEDIDO DE LIMINAR:
INDEFERIMENTO, DIANTE DO SEU
MANIFESTO DESCABIMENTO,
CONSOANTE ITERATIVA
JURISPRUDÊNCIA DA CORTE (V.G., MI
940-MC/DF, REL. MIN. MENEZES
DIREITO, DJE DE 11/02/2009; MI 4.718-
MC/DF, REL. MIN. JOAQUIM BARBOSA,
DJE DE 05/6/2012; MI 4.753-MC/DF, REL.
MIN. ROSA WEBER, DJE DE 24/5/2012,
MI 4.149-TA/MG, REL. MIN. AYRES
BRITTO, DJE DE 28/11/2011, MI 542-
MC/DF, REL. MIN. CELSO DE MELLO,
DJ DE 05/11/1996 E MI 3.596-MC/DF, REL.
MIN. MARCO AURÉLIO, DJE DE
1º/02/2011).**

DECISÃO: Trata-se de mandado de injunção, com pedido de liminar, impetrado pela Associação dos Técnicos de Nível Superior da Universidade Federal de Santa Maria – ATENS/UFSM, em face da Presidente da República, em razão de suposta omissão legislativa na

MI 6550 MC / DF

regulamentação da conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em tempo comum para fins de aposentadoria voluntária.

A impetrante narra, de início, que os seus associados, servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo de técnico de nível superior da UFSM, encontram-se impedidos de obter a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em tempo comum para fins de aposentadoria voluntária *“por conta da ausência de lei autorizativa, consoante restou Processo Administrativo 23081.006181/2013-53 (doc. 06)”*.

Salienta que a questão atinente ao exercício do direito do servidor público de ter o seu processo de aposentação *“encaminhado de forma a possibilitar com que o tempo de trabalho exercido sob condições especiais possa ser convertido em tempo de serviço público comum e/ou tempo de contribuição comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social”*, pende de decisão desta Corte, nos autos do MI 4.204/DF, Rel. Min. Roberto Barroso.

Assevera que o Relator daquele feito já proferiu voto afastando qualquer restrição ao usufruto desse direito, seja de ordem instrumental ou material, reconhecendo a *“possibilidade jurídica de averbação e contagem diferenciada de tempo especial por parte de servidores públicos, com base no art. 57, § 5º, da Lei nº 8.213/1991”*.

Conclui, assim, que deve ser assegurado aos representados pela impetrante o direito de conversão do tempo exercido sob condições prejudiciais à saúde, tendo em vista que *“não pode ser dado tratamento conferido a servidores outros que não exerceram suas funções na mesma condição especial”*.

Requer, ao final, seja deferida medida liminar para assegurar aos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo de técnico de nível superior da UFSM representados pela Impetrante, *“o direito de ter o seu pedido administrativo de aposentadoria analisado pela autoridade administrativa competente mediante aplicação do § 5º do artigo 57 da Lei 8.213/91, assegurando a conversão de tempo especial em comum (cumulado com aposentadoria voluntária)”*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem injuncional,

MI 6550 MC / DF

confirmando-se a liminar.

É o relatório. Decido.

O pedido de concessão de liminar não merece acolhida, diante do seu manifesto descabimento, consoante iterativa jurisprudência da Corte (v.g., MI 940-MC/DF, rel. Min. Menezes Direito, DJe de 11/02/2009; MI 4.718-MC/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 05/6/2012; MI 4.753-MC/DF, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 24/5/2012, MI 4.149-TA/MG, Rel. Min. Ayres Britto, DJe de 28/11/2011, MI 542-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 05/11/1996 e MI 3.596-MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 1º/02/2011).

A corroborar essa assertiva, menciono o que consignou o Ministro Celso de Mello, nos autos do MI 542 MC/DF, *in verbis*:

“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - tendo presente a natureza da decisão injuncional (RTJ 133/11, Rel. Min. MOREIRA ALVES) – tem reputado incabível, em sede de mandado de injunção, a outorga de providência de natureza cautelar, especialmente quando o alcance desta ultrapassa os limites em que se deve conter o pronunciamento final do órgão judiciário”.

Verifica-se, pois, que a tutela de urgência pretendida pela impetrante está em dissonância da orientação firmada por esta Corte nos referidos precedentes.

Ex positis, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada.

Após, ouça-se a Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente